



XVIII SIMPURB  
Simpósio Nacional  
de Geografia Urbana 2024 Niterói

Uma agenda para  
a democratização  
da cidade

3 a 7 DEZ

Universidade Federal Fluminense  
Instituto de Geociências - Campus da Praia Vermelha

**GT23. Urbanização, turismo e lazeres**

## **DINÂMICAS E CONFIGURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS TURÍSTICOS: EXEMPLO DO MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS, RJ**

Autor(01): Erick Alan Moreira Ferreira  
Filiação institucional: Doutorando PPGeo-UERJ  
E-mail: [erick.ferreira@ifrj.edu.br](mailto:erick.ferreira@ifrj.edu.br)

Autor(02): Nathan da Silva Nunes  
Filiação institucional: Doutorando PPGeo-UERJ  
E-mail: [nunesuerj@gmail.com](mailto:nunesuerj@gmail.com)

**RESUMO:** Este artigo investiga a dinâmica dos processos de turistificação e territorialização no município de Armação dos Búzios, com foco nas características predominantes da turistificação e suas interferências nas relações econômicas, políticas e culturais locais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória e explicativa, utilizando métodos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Fundamentado na Geografia Crítica e utilizando a Análise Textual Discursiva (ATD), o estudo revela como as relações de poder se manifestam na gestão do turismo e analisa os impactos multidimensionais desta atividade sobre o território. Os resultados indicam que o turismo em Armação dos Búzios é marcado por conflitos territoriais e socioeconômicos, evidenciando a des(re)territorialização de grupos tradicionais em face da especulação imobiliária e do desenvolvimento turístico. As estratégias adotadas pelos diferentes grupos sociais para negociar suas territorialidades refletem a complexa interação entre desenvolvimento turístico e preservação cultural e ambiental.

**Palavras-chave:** Turismo. Território. Armação dos Búzios.

**ABSTRACT:** This article investigates the dynamics of tourism processes and territorialization in the municipality of Armação dos Búzios, focusing on the predominant characteristics of tourism and its impact on local economic, political, and cultural relations. The research adopts a qualitative, exploratory, and explanatory approach, employing bibliographic, documentary, and field research methods. Grounded in Critical Geography and utilizing Discourse Textual Analysis (DTA), the study reveals how power relations manifest in tourism management and analyzes the multidimensional impacts of this activity on the territory. The results indicate that tourism in Armação dos Búzios is marked by territorial and socioeconomic conflicts, highlighting the deterritorialization and reterritorialization of traditional groups in the face of

real estate speculation and tourism development. The strategies adopted by different social groups to negotiate their territorialities reflect the complex interaction between tourism development and cultural and environmental preservation.

**Keywords:** Tourism, Territory, Armação dos Búzios.

## 1. INTRODUÇÃO

---

A análise histórica do turismo revela que sua evolução está associada à transformação capitalista e à globalização. A crise do regime fordista e a acumulação flexível permitiram ao capital explorar novos espaços, incluindo os turísticos, para reprodução e acumulação (HARVEY, 2005). Casseiro (2019) destaca que essa transição financeira ajudou a resolver a crise de acumulação do período industrial, evidenciando o turismo como uma área dinâmica e adaptável aos interesses do capital.

A globalização técnico-científica e informacional, como argumenta Almeida (2015), intensificou os fluxos de informações, mercadorias, capitais e pessoas, consolidando o turismo como uma expressão emblemática desse processo. Segundo Urry (2001), o turismo não só reflete a globalização, mas também a reforça, promovendo a redescoberta de lugares e paisagens como atrativos turísticos. Assim, o turismo se destaca como um fenômeno socioespacial complexo, dinâmico e profundamente ligado às transformações capitalistas contemporâneas.

A análise crítica do turismo deve ir além de considerá-lo apenas uma atividade econômica dinâmica, como enfatiza Fratucci (2014). É crucial explorar suas dimensões sociais, culturais, político-territoriais e ambientais para compreender plenamente seus impactos. Luchiari (1999) argumenta que limitar o turismo à sua dimensão econômica é simplista, pois ele afeta profundamente a vida das pessoas e a dinâmica das localidades onde ocorre. Essas influências se refletem na cultura local, na natureza, na infraestrutura, na economia informal e nas relações sociais.

Nesse sentido, Banducci Júnior (2001) descreve o turismo como um fenômeno complexo, destacando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, uma vez que é difícil compreendê-lo em sua totalidade por meio de uma única perspectiva teórica ou disciplina científica “e, por esta razão, não pode negar às ciências que lhe dão suporte o direito de

construírem métodos e teorias que lhe explicam” (COSTA DA SILVA, 2012, p. 48), como é o caso da ciência geográfica.

A compreensão ampliada do turismo como fenômeno social complexo tem aproximado seus estudos do campo das ciências sociais e humanas, particularmente da Geografia<sup>1</sup>, que o interpreta como uma atividade, dialeticamente, produtora e consimidora do espaço.

O turismo tem como objetivo o espaço e dele faz sua matéria-prima, pois ao mesmo tempo é produto e produtor de espaço, na medida em que se apropria dos lugares impondo-lhes novas dinâmicas, novos usos aos objetos existentes. O turismo é um consumidor de espaço que geralmente desfruta não somente da simples visão contemplativa da paisagem, como também dos elementos constitutivos deste espaço (SILVA, 2009, p. 2).

Assim como salientado por Rodrigues (2008), a reflexão geográfica é essencial para compreender o fenômeno complexo do turismo. O conceito de território é indispensável para desvendar as contradições dessa atividade, permitindo analisar como o turismo produz e consome espaços, apropria-se de recursos e gera conflitos entre interesses econômicos, culturais, políticos etc. Segundo Gesteira (2021), o turismo destaca-se como uma forma de expansão do capitalismo, resultando na mercantilização dos lugares e favorecendo os interesses de grupos hegemônicos, como o Estado e o capital, evidenciando uma territorialização capitalista.

No contexto de regiões marcadas por acentuadas disparidades socioeconômicas, como muitas partes do Brasil que permanecem à margem do capitalismo global, esse processo desigual tende a ser ainda mais acentuado. A territorialização turística, alinhada às dinâmicas de acumulação do capital, pode levar à des(re)territorialização da população local à medida que a dinâmica turística (re)produz o espaço, frequentemente priorizando interesses externos e exacerbando as desigualdades sociais.

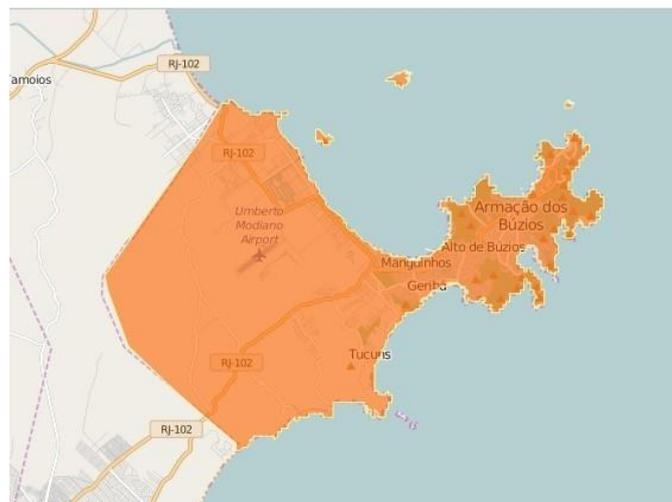
---

<sup>1</sup>Cumprer destacar que a geografia passou por uma renovação significativa, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Este período viu um movimento em direção a uma abordagem mais humanista e cultural, expandindo o escopo tradicional centrado em aspectos físicos e econômicos para incluir o estudo da cultura. Nessa evolução, o turismo emergiu como uma área de estudo particularmente relevante dentro da geografia urbana e cultural.

Ademais, cumpre enfatizar que, a análise teórico-conceitual do território deve reconhecer que ele pode ser compreendido a partir de perspectivas multiescalares e interescares, abrangendo dimensões subjetivas, locais, regionais, nacionais e globais. É essencial considerar as lógicas de comando dos fluxos que o definem, entrecruzando normas globais e locais (SAQUET, 2007). Fernandes (2015) reforça essa visão ao afirmar que a multiescalaridade é um princípio básico para a compreensão das diferentes escalas de território.

Nesse contexto, a abordagem territorial revela-se especialmente relevante para a investigação acerca do município de Armação dos Búzios, localizado na Mesorregião das Baixadas Litorâneas, no estado do Rio de Janeiro. Este município fluminense possui expressividade turística desde a década de 1960, quando ainda era distrito de Cabo Frio. Sua relevância econômica no setor se acentuou após a emancipação, que ocorreu nos anos 1990, destacando-se atualmente nas escalas estadual, nacional e internacional, visto que atrai fluxos turísticos oriundos de diferentes localidades.

Figura 1 – Delimitação do município de Armação dos Búzios



Fonte: IBGE, 2024

A partir deste preâmbulo, emergem questões pertinentes relacionadas à interseção entre o turismo e o território e ao contexto espacial da pesquisa, as quais este artigo busca responder. Quais as características mais predominantes dos processos de turistificação? Como a dinâmica turística interfere nas relações econômicas, políticas e culturais? Como as relações de poder se manifestam na gestão e desenvolvimento do turismo? Quais são as estratégias adotadas pelos

diferentes grupos sociais para negociar suas territorialidades e interesses frente ao crescimento do turismo?

Nesse contexto, o objetivo geral do artigo consiste em investigar a dinâmica dos processos de *turistificação e territorialização* no município de Armação dos Búzios. Especificamente, o artigo busca avaliar as territorialidades conflitantes na configuração do território turístico, discutir a dinâmica dos processos de territorialização e des(re)territorialização e analisar os impactos multidimensionais do turismo sobre o território.

Ademais, o artigo possui uma estrutura que inclui, além desta introdução, uma contextualização teórica sobre os temas em investigação, detalhamento da metodologia utilizada, análise e discussão dos dados coletados e, por fim, considerações finais que sintetizam os principais achados e suas implicações.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA**

---

Este estudo analisa a dinâmica da configuração do território turístico. Inicialmente, o artigo discute o conceito de território, suas derivações e implicações. Compreender essas noções é essencial para abordar os processos de *turistificação e territorialização*. Essa discussão teórica oferece uma base sólida para entender os fenômenos observados empiricamente, permitindo uma análise crítica dos processos de transformação e apropriação dos espaços turísticos.

### **2.1. Território e suas múltiplas qualificações**

O turismo, enquanto atividade que dialeticamente produz e consome o espaço, orientada por agentes hegemônicos, deve ser estudado sob a perspectiva do território e das multiterritorialidades. Esse enfoque permite compreender os cenários complexos de disputas no território turístico, revelando as diversas formas de apropriação e uso, muitas vezes conflitantes, devido aos interesses divergentes dos grupos sociais envolvidos. Portanto, essa perspectiva é crucial para expor as relações de poder e os processos de resistência às práticas hegemônicas.

O conceito de território, segundo Souza (2018, p. 77), "é um dos que mais vêm sendo submetidos, de umas poucas décadas para cá, a fortes tentativas de redefinição e depuração".

Todavia, como ponto de partida, é fundamental entendê-lo como um "espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder [...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial" (SOUZA, 1995, p. 78).

O poder é inerente às relações sociais, que substantivam o campo de poder. O poder está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas etc., enfim, em relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre homens e as coisas, ou seja, o que Claude Raffestin denomina de trunfos do poder. É uma abordagem também multidimensional das relações de poder que se traduz numa compreensão múltipla do território, das redes e da territorialidade (SAQUET, 2020, p. 34).

Raffestin (1993) propõe uma *abordagem relacional do território*, onde o poder é intrínseco a todas as relações sociais. Souza (1995) complementa essa visão, afirmando que os territórios não são entidades materiais tangíveis, mas "campos de força" que existem enquanto perduram as relações sociais das quais são projeções especializadas. Assim, o território é simultaneamente relacional e processual, mantendo uma íntima relação com o espaço.

O território é dinâmico e em constante transformação, tornando-se, portanto, *processual* (HAESBAERT, 2007). Ele é construído e reconstruído por meio das interações contínuas entre diferentes agentes sociais e suas práticas espaciais, conhecidas como territorialidades. Essas interações refletem as formas pelas quais grupos sociais se apropriam, utilizam e configuram o espaço. Assim, o território é um espaço de confronto entre diversas territorialidades, gerando processos complexos de disputa, negociação e conflito que englobam aspectos culturais, econômicos e políticos.

A abordagem relacional e processual do território destaca sua *multidimensionalidade*, oferecendo uma compreensão mais ampla e complexa da totalidade. Fernandes (2015) argumenta que esse princípio é essencial, pois o território não se limita apenas ao poder político<sup>2</sup>; a multidimensionalidade refere-se à sua composição por diversas dimensões inter-relacionadas e sobrepostas. Essas múltiplas dimensões resultam das complexas redes de relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais.

Com base nos argumentos anteriores, surge a questão de como compreender os processos de *territorialização, desterritorialização e reterritorialização* (T-D-R), considerando

---

<sup>2</sup> No contexto contemporâneo, o conceito de território transcende as fronteiras dos Estados-nações, expandindo-se para abranger uma diversidade de interações espaciais. Com a intensificação da globalização e dos fluxos transnacionais, o território é compreendido como um espaço multidimensional, onde convergem dinâmicas políticas, econômicas, culturais e sociais que ultrapassam as tradicionais divisões político-administrativas.

que o território pode ser resumidamente definido como relações de poder espacializadas, e as territorialidades se referem aos vínculos subjetivos que indivíduos ou grupos sociais têm com um ou mais territórios, sejam materiais ou imateriais (CANDIOTO, SANTOS, 2015, p. 319).

Conforme Souza (2018), as motivações para conquistar ou defender um território (ou seja, *territorializá-lo*) podem ser predominantemente econômicas, políticas e/ou culturais. Portanto, é crucial avaliar o impacto desses processos nas diversas comunidades envolvidas, pois não apenas influenciam o uso e a apropriação do espaço, mas também afetam significativamente as identidades, os modos de vida e os processos de concentração e distribuição de recursos econômicos.

as razões e motivações para se conquistar ou defender um território podem ser fortemente ou até primariamente de cunho cultural ou econômico; é óbvio que não são sempre “estritamente” política (ou ainda estratégico-militar). Aliás, a própria separação entre o “político”, o “cultural” e o “econômico”, da maneira como amiúde é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que distinguível, mas não propriamente *separável* (SOUZA, 2018, p. 56).

A *territorialização* refere-se ao processo de dominação de um território através do exercício da hegemonia política, econômica ou cultural, enquanto a *desterritorialização* indica a perda desse controle devido à fragilidade na posse dos poderes correspondentes. No entanto, é relevante destacar o entendimento compartilhado por Andrade (1995), Corrêa (1994) e Santos (2012), que consideram a *desterritorialização* e a *reterritorialização* como processos interligados ou faces da mesma moeda. Isso significa que enquanto um processo *desterritorializa*, o outro *reterritorializa* simultaneamente.

Deleuze e Guattari (2011, p. 343) afirmam que "é impossível distinguir a *desterritorialização* e a *reterritorialização*, que estão interligadas como o avesso e o direito de um mesmo processo". A *desterritorialização* envolve a saída forçada de indivíduos ou grupos de seus territórios devido à introdução de novas lógicas que transferem o controle do espaço para novos agentes sociais. Esse fenômeno é intensificado pelas políticas neoliberais, que promovem a mobilidade do capital, a desconcentração econômica e a realocação de atividades para áreas periféricas. Essas dinâmicas têm ampliado significativamente a *desterritorialização*, onde o valor do espaço é determinado pela sua capacidade de lucro e pela sua integração às cadeias globais de produção.

Nesse contexto globalizado, a *desterritorialização* não é apenas um resultado inevitável, mas uma estratégia deliberada para expandir e transformar o sistema capitalista. Essa ideia é discutida por Harvey, que observa como a "*destruição criativa*" é essencial para a renovação constante do capitalismo, implicando na destruição de formas econômicas e sociais existentes para abrir caminho para novas formas de acumulação e controle territorial.

A *desterritorialização* implica na necessidade subsequente de *reterritorialização*, que envolve a adaptação e reorganização dos grupos afetados, indo além da ocupação de novos espaços físicos. Inclui também a reconstrução de memórias, identidades e modos de vida, assim como a reafirmação de laços sociais e culturais desafiados ou rompidos. Essa perspectiva teórica reafirma o caráter material e imaterial intrínseco ao território. No plano empírico, desafia os movimentos populacionais a fortalecerem suas territorialidades de resistência.

## 2.2 *Turistificação e territorialização turística*

Os processos de *turistificação* podem ocorrer de duas maneiras distintas: *espontaneamente*, quando os atrativos naturais ou culturais atraem visitantes sem intervenção planejada; e *intencionalmente*<sup>3</sup>, quando são promovidos de forma deliberada por meio de estratégias de desenvolvimento turístico. Na *turistificação espontânea*, os turistas desempenham o papel principal na descoberta dos lugares, enquanto na *turistificação intencional*, o Estado e o capital exercem um papel ativo como agentes hegemônicos.

Reconhecendo a existência desses dois processos, é importante problematizar a *turistificação espontânea*, que além de ser tradicionalmente a mais comum, corresponde aos recortes espaciais da pesquisa, conforme será explorado adiante. Nem todos os lugares se tornam turísticos, como observado por Cruz (2001); isso ocorre à medida que o local começa a receber visitantes, sejam eles ocasionais ou frequentes<sup>4</sup>. Portanto, os turistas são a força motriz por trás da *turistificação espontânea* dos locais, pois mesmo com existência de atrativos

---

<sup>3</sup> No contexto brasileiro, são observáveis exemplos de *turistificação* intencional do território, impulsionada por agentes capitalistas com apoio estatal. Esse modelo de desenvolvimento turístico, frequentemente fundamentado em simulacros, não apenas compromete os valores autênticos do território, mas também agrava as disparidades socioespaciais, especialmente em economias periféricas como a do Brasil. Um caso paradigmático é elucidado por Mascarenhas (2004) no distrito de Penedo, pertencente ao município de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Ao abordar a dinâmica da configuração do território turístico, é crucial destacar que nem todos os territórios são necessariamente destinados ao turismo, conforme argumentado por Knafou (1996) e Fratucci (2008). Nessa concepção, há o território sem turismo, que ainda não foi explorado pelo turista, permitindo aos moradores viverem sem a interferência e os efeitos dessa atividade.

culturais e naturais, é essencial que esses lugares sejam reconhecidos e visitados por eles.

Na dinâmica da *turistificação espontânea*, desencadeada inicialmente pelos visitantes (turistas), os quais posteriormente atraem outros agentes sociais para se apropriarem de porções do espaço e estabelecerem seus próprios territórios, frequentemente seguindo lógicas de apropriação reticulares, é essencial reconhecer a presença ancestral dos moradores locais, que historicamente ocuparam e atribuíram valor de uso ao ambiente. Esse cenário resulta na competição de diferentes territorialidades pelo mesmo espaço, configurando o território turístico (FRATUCCI, 2014).

As contradições e conflitos na atividade turística surgem de relações de poder frequentemente assimétricas, entendidas como territorialidades de cada grupo social<sup>5</sup>. O território turístico se forma a partir dessa lógica, onde múltiplas territorialidades se sobrepõem em um único espaço geográfico, resultando em uma sobreposição de territórios econômicos, políticos e culturais, criando uma teia intrincada de interesses e influências.

Essas territorialidades distintas frequentemente se confrontam, criando um ambiente de constante negociação e, por vezes, de disputas, à medida que diferentes interesses se chocam e se intercalam. A coexistência e disputa de interesses diversos, continuamente renegociando os espaços com base em lógicas específicas, resultam na dialética da *territorialização* e da *des(re)territorialização*, dinamizando assim o território turístico (MASSEY, KEYNES, 2012).

Segundo Cruz (2012, p.12), "a intensificação do uso turístico de uma determinada área geográfica resulta na introdução, multiplicação e concentração espacial de objetos cuja função é determinada pelo desenvolvimento da atividade". Assim, fluxos de capital, informações e pessoas externas à localidade que se torna um alvo de investimentos turísticos se dirigem rapidamente para que o local possa entrar rapidamente no grupo das destinações turísticas mais modernizadas.

À medida que a *turistificação* se intensifica, as interações entre os agentes sociais na produção do espaço se tornam mais complexas. No contexto do modo de produção capitalista, a atuação hegemônica do Estado e do capital se destaca, desempenhando um papel central na configuração dos espaços e lugares. Segundo Cruz (2006), o objetivo primordial das ações estatais é tornar o território atrativo para o investimento do capital privado, perpetuando assim

---

<sup>5</sup> Os conflitos também podem emergir dentro de um mesmo grupo social, originando-se de diversas causas, como divergências de opinião, interesses conflitantes, disputas por poder ou escassez de recursos.

a lógica da acumulação<sup>6</sup>.

Visualiza-se, nesse processo que também repercute na produção do espaço turístico, uma grande contradição, pois frequentemente os interesses de agentes hegemônicos, como grandes investidores e corporações, apoiados pelas ações do Estado, predominam, impondo suas visões e projetos sobre o espaço, muitas vezes em detrimento das necessidades e aspirações da população local. Assim, essa dinâmica deve ser compreendida pelo prisma do território, onde a *territorialização* de grupos hegemônicos resulta na *des(re)territorialização* de grupos subalternos.

Numa *territorialização* essencialmente capitalista, onde impera o domínio e a soberania do capital privado, legitimados pelas políticas e intervenções estatais, a promoção de atividades turísticas e de lazer em ambientes urbanos ou rurais visa principalmente à maximização do lucro. A participação dos grupos sociais marginalizados, desprovidos de poder político e econômico, nos processos decisórios que configuram o futuro dos destinos turísticos, resume-se essencialmente à aceitação passiva das decisões já delineadas pelos grupos hegemônicos.

Gastam-se somas consideráveis em campanhas de marketing direcionadas a convencer as populações dos destinos turísticos quanto aos grandes benefícios que aquelas decisões tomadas em *petits comités* irão trazer, mascarando questões profundas como os processos de gentrificação nas áreas selecionadas como prioritárias pelos estrategistas de mercado. O espaço e os territórios turistificados são tratados como simples mercadorias que, para cumprir sua missão, precisam garantir o máximo de lucro, de preferências em prazos bem curtos (FRATUCCI, 2014, p. 91).

Ademais, a *territorialização* capitalista frequentemente culmina na expropriação da população local, onde o valor de troca prevalece sobre o valor de uso. Esse desequilíbrio se manifesta de diversas formas, como a expropriação de terras para a construção de resorts ou infraestruturas turísticas de grande porte, o que frequentemente desloca comunidades locais de suas áreas tradicionais de moradia. Além disso, o aumento dos custos de vida nas regiões turísticas devido à especulação imobiliária e ao encarecimento dos serviços básicos também afeta negativamente os residentes locais, muitas vezes forçando-os a buscar moradias mais baratas em áreas periféricas ou abandonar completamente suas cidades de origem.

A transformação de áreas públicas em zonas exclusivas para turistas, como praças e parques que antes eram acessíveis a todos, agora restritas por taxas de entrada ou eventos

---

<sup>6</sup> Exemplos disso incluem incentivos fiscais e subsídios, desenvolvimento de infraestrutura e logística, formulação de legislação favorável aos negócios, além de parcerias público-privadas (PPPs), entre outras iniciativas.

privados, também demonstra como a *territorialização* turística pode marginalizar os residentes locais em seu próprio ambiente, seja ele urbano ou rural. Esses exemplos evidenciam como a lógica do lucro no turismo frequentemente desconsidera as necessidades e aspirações das populações locais, questionando assim a sustentabilidade e equidade desses processos de desenvolvimento territorial.

Conforme discutido anteriormente, os processos de *desterritorialização* desafiam os movimentos populacionais a fortalecerem suas territorialidades de resistência, de modo que a população afetada seja *reterritorializada* em suas práticas cotidianas e também colher os benefícios positivos advindos da atividade turística. Para alcançar esse equilíbrio, diversas estratégias precisam ser delineadas e implementadas. Em particular, é crucial fortalecer a organização comunitária, promover o desenvolvimento de uma economia local que valorize e fortaleça a produção local, reforçar a identidade territorial e instituir um modelo de governança territorial eficaz.

### 3. METODOLOGIA

---

Este artigo, elaborado sob uma perspectiva qualitativa, adota um caráter exploratório e explicativo, utilizando uma combinação de fontes primárias e secundárias. Para alcançar os objetivos propostos, foram empregados métodos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida por meio de uma ampla revisão da literatura disponível, com uma abordagem sistemática nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Estas plataformas foram escolhidas devido ao vasto acervo de conhecimento científico que oferecem. Preferencialmente, foram consultados artigos científicos dos estratos superiores do Qualis Capes, além de capítulos de livros, dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

A construção deste artigo fundamenta-se na Geografia Crítica, utilizando o método dialético e a Análise Textual Discursiva (ATD) como recursos interpretativos. O método dialético é considerado o mais apropriado para este estudo, pois não se limita a interpretar o mundo, mas também busca transformá-lo. Esta abordagem analítica, que questiona e visa superar o *status quo* em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, é particularmente pertinente para compreender as práticas sociais relacionadas à produção e ao consumo do espaço, como é o caso do turismo.

Conforme destacado por Panosso Netto e Nechar (2014), é cada vez mais necessário desenvolver estudos em turismo com uma perspectiva crítica, que aborde as desigualdades e as contradições inerentes a essa atividade. A Análise Textual Discursiva complementa essa abordagem, permitindo uma interpretação aprofundada das narrativas e discursos que permeiam o fenômeno turístico, revelando suas múltiplas dimensões e implicações.

Ademais, segundo Maraes e Galiazzi (2006), a (ADT) permite combinar conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Portanto, a (ADT) permite criar espaços de reconstrução, envolvendo-se diversificados elementos, especialmente a compreensão dos modos de produção da ciência e reconstruções de significados dos fenômenos investigados.

#### **4. EXEMPLO DE ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO TURÍSTICO EM ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**

---

A atividade turística apresenta grande destaque quando tratamos do estado do Rio de Janeiro, muito em função da fama que tem a capital, com pontos turísticos conhecidos mundialmente, como o Pão de Açúcar, o Cristo Redentor, a praia de Copacabana, o estádio do Maracanã, entre tantos outros. De acordo com Fratucci (2005, p.82), “o Rio de Janeiro sempre foi, e continua sendo, o estado brasileiro onde a atividade turística apresenta dimensões mais marcantes, tanto para a sua economia, quanto para sua estrutura sociocultural”. Porém, a atividade também apresenta dinamicidade no interior, o que é destacado por este autor, quando diz que o estado

tem no turismo um dos suportes de desenvolvimento mais importante, apresentando sobreposto ao seu território uma rede bastante ampla de nós/lugares turísticos, interligadas por uma extensa malha de rodovias, hidrovias, ligações aéreas (a malha ferroviária existente praticamente não é utilizada pelo sistema turístico) e de uma complexa rede de comunicações.

Para tratar especificamente de Armação dos Búzios, é preciso realizar uma contextualização histórica acerca do processo de ocupação deste território, que é extremamente antigo, visto que há registro da presença das tribos tamoios e goitacases habitando esta região desde antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Com a inserção portuguesa em território brasileiro, a “descoberta” desta região acontece, havendo uma exploração econômica vinculada ao “ciclo” do pau- brasil.

Há, ainda no século XVI, grande incremento populacional na região de Cabo Frio (de onde Armação dos Búzios origina-se) a partir da imigração portuguesa, tendo sido esta área importante para a ocupação do restante do território do atual estado do Rio de Janeiro. Entretanto, o desenvolvimento do núcleo urbano ocorre de forma lenta até o século XIX, estando atrelado à agricultura realizada em grandes latifúndios. Este cenário sofreu profunda transformação quando da abolição da escravatura, responsável direta pelo declínio econômico verificado em Cabo Frio, sendo superado apenas décadas mais tarde, a partir do surgimento de outras atividades, como a indústria do sal, a pesca e o turismo, este tendo início com a fundação da Companhia Odeon na década de 1950 e obtendo destaque internacional na década de 1960, quando a atriz francesa Brigitte Bardot lá refugiou-se, atraindo a atenção do mundo para a até então vila de pescadores (figura 2).

Figura 2 – Atriz Brigitte Bardot (à esquerda) em Armação dos Búzios



Fonte: Jornal O Globo, 1964.

Sales e Alves (2010), ao tratar desse período, afirmam que Armação dos Búzios entrou no circuito internacional do turismo como um destino simples, mas sofisticado, em decorrência dos cenários ricos em belezas naturais, associadas ao charme da vila.

Nunes e Ribeiro (2020), discorrem sobre a importância dos transportes como importantes aliados para o desenvolvimento turístico, visto que promovem maior agilidade nos deslocamentos e nas comunicações, atuando como articuladores entre áreas emissoras e receptoras de fluxos. Neste sentido, a década de 1970 se estabelece como marco para Armação dos Búzios, visto que é neste período que ocorre a construção da Ponte Rio-Niterói e a abertura

da BR-101.

Com a implantação da BR-101 em território fluminense, além da construção da Ponte Rio-Niterói, concretizada em 1974, a tendência foi haver uma expansão da atividade turística em direção ao litoral sul (Costa Verde) e ao litoral norte (Costa do Sol<sup>7</sup>). Esses são dois grandes vetores de expansão do turismo litorâneo, secundados pela BR-116 (Rodovia Presidente Dutra) que corta a região do Vale do Paraíba. A duplicação e melhoramento desses eixos de transporte vieram a contribuir de forma positiva para o desenvolvimento da atividade turística em terras fluminenses, principalmente para os municípios localizados externamente à metrópole, tanto os litorâneos, como também os do interior (NUNES e RIBEIRO, 2021, p.8).

A presença de uma celebridade internacional e a melhoria nas condições de acesso se associaram a uma maior preocupação institucional em relação ao ordenamento territorial do turismo a partir da década de 1960, quando foi criação da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur), segundo Fratucci (2005). Ainda nos anos 1970 começa a ser mais evidente o processo de interiorização da atividade turística no estado, muito em função da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, o que ocasionou a transferência da sede da Flumitur de Niterói para o Rio de Janeiro, passando a desenvolver ações que tinham como foco principal o interior (FRATUCCI, 2005).

Em relação ao recorte espacial deste artigo, podemos destacar a definição de Cabo Frio (de onde Armação dos Búzios ainda não havia se emancipado) como centro turístico nacional, de acordo com a Embratur, na década de 1980. Nesta mesma década foi desenvolvido o Plano indutor de investimentos turísticos na Região dos Lagos<sup>8</sup>, do Governo do Estado do Rio de Janeiro com apoio do governo da Catalunha. Fratucci (2005, p.91), tece considerações a respeito das razões para elaboração e objetivos do plano.

A justificativa para a elaboração desse plano estava calcada em um diagnóstico do turismo brasileiro da época, que apontava para o fato de, apesar da forte demanda potencial (nacional e internacional) existente, o Rio de Janeiro não oferecer um produto turístico coerente e compatível com as exigências do mercado. Segundo relatórios da época, esse desajuste era causado pela ausência de uma política de turismo específica para um segmento de mercado, o que demonstrava a ausência de um produto turístico altamente qualificado e competitivo internacionalmente. A escolha da Região dos Lagos do Rio de Janeiro baseou-se na sua proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e com o Aeroporto Internacional (média de 60km); nas características fisiográficas locais: grande extensão do litoral, clima tropical, baixo índice pluviométrico e inverno com temperaturas médias em torno de 20° C; na sua topografia ideal para implantação de campos de golfe e, nas características culturais dos seus centros urbanos.

---

<sup>7</sup> Região Turística na qual o município de Armação dos Búzios está inserido.

<sup>8</sup> Microrregião de governo na qual o município de Armação dos Búzios está inserido.

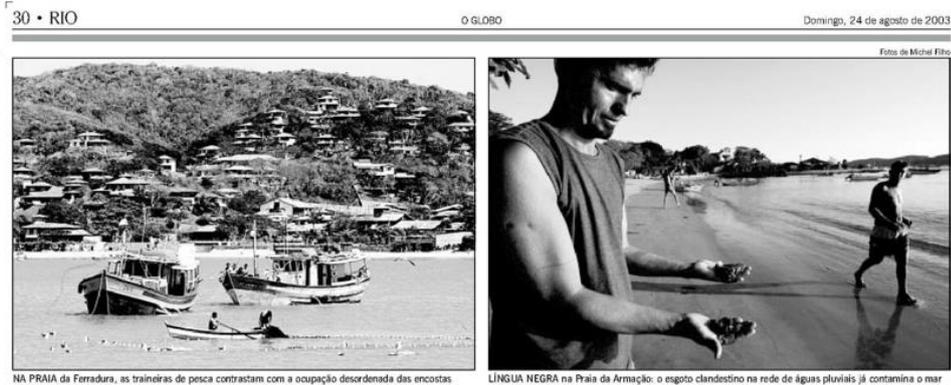
Outros projetos e planos foram desenvolvidos no âmbito estadual, como a campanha “Cidades Maravilhosas do Estado do Rio de Janeiro” (1988-1990), que tratava-se de uma campanha de marketing que auxiliou no reordenamento do território turístico do estado, através da seleção de municípios capacitados para atuar como centros receptivos de fluxos turísticos, atuando na complementação à cidade do Rio de Janeiro (FRATUCCI, 2005).

Mais recentemente, o Ministério do Turismo (2015) categorizou os municípios brasileiros de acordo com o desempenho econômico de cada um destes no setor, classificando-os de “A” a “E”, a partir de cinco variáveis: quantidade de estabelecimentos de hospedagem; quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem; quantidade estimada de visitantes domésticos; quantidade estimada de visitantes internacionais; e arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem. Neste contexto, Armação dos Búzios se insere no seletivo grupo de sete municípios fluminenses inseridos na categoria A, evidenciando a relevância desta atividade para a economia local.

Entretanto, Sales e Alves (2010, p.5) evidenciam que o crescimento da atividade no antigo vilarejo “acarretou em diversas mudanças socioespaciais, sendo iniciado um processo de especulação imobiliária, onde uma boa parte da população local assistiu ao controle e aquisição de suas casas” por agentes ligados à atividade turística.

Nota-se, portanto, a inserção de diversos equipamentos de apoio à atividade, como hotéis, pousadas, restaurantes, lojas, assim como o crescimento populacional do município. Neste contexto, emergem problemas dos mais diversos, como a ocupação de áreas anteriormente destinadas a proteção ambiental e maior produção de lixo. O processo de emancipação, finalizado em 1995, contribuiu para a aceleração deste processo, visto que segundo Sales e Alves (2010) este período marcou um “boom” para Armação dos Búzios, com crescimento desordenado e recorrentemente irregular (figura 3), em topos de morros, na beira de lagoas e em locais nos quais as declividades são acima do permitido para edificações. Observa-se a expulsão de populações tradicionais, que passam a dar lugar a construções luxuosas, arquitetonicamente arrojadas que, quando localizadas na faixa litorânea, proporcionam a limitação do acesso às praias.

Figura 3 – Crescimento populacional desordenado em Armação dos Búzios



NA PRAIA da Ferradura, as traineiras de pesca contrastam com a ocupação desordenada das encostas  
LÍNGUA NEGRA na Praia da Armação: o esgoto clandestino na rede de águas pluviais já contamina o mar

## Degradação ameaça o futuro de Búzios

Fonte: Jornal O Globo, 24 de agosto de 2003.

Ao tratar dos processos de *desterritorialização e reterritorialização* em Armação dos Búzios, chamam atenção alguns conflitos recentes, como a mobilização quilombola contra o processo de mercantilização de uma área de mangue que daria lugar a um empreendimento imobiliário (figura 4).

Figura 4 – Mobilização popular para preservação de mangue em Búzios

### BELEZA RARA E AMEAÇADA Moradores e ambientalistas se mobilizam para proteger o Mangue de Pedra, em Búzios

**LUCCAS ALTIPO**  
luc@oglobo.com.br

"Fizemos um levantamento, por imagem de satélite, que mostra a evolução da área ocupada no centro do mangue entre 1976, quando havia apenas 1% de ocupação, e 2018, quando o índice já passou dos 50%".

**Katia Mansur,**  
geóloga da UFRJ

"Temos muito recuo das áreas. Como é um ecossistema muito delicado, a diminuição do fluxo de"

Há quase dez anos, moradores e ambientalistas da Região dos Lagos venceram uma luta contra um resort que ameaçava o Mangue de Pedra, exemplo raro desse ecossistema no mundo, em Búzios. Hoje, além da pressão urbana que ainda ronda aquele pedaço do paraíso, um projeto de obra de pavimentação e drenagem da prefeitura voltou a mobilizar os defensores da preservação do meio ambiente.

Os manguezais são normalmente formados pelo encontro de rios com águas salgadas, mas, no caso do Mangue de Pedra — e daí a sua singularidade — não há a passagem de um curso de água que ocorre na beira da praia, alimentado por um aquífero subterrâneo. Com cerca de dez mil metros quadrados e entre a Praia Gorda e a Ponta do Pai Vivório, o ecossistema tem espécies ameaçadas de extinção e endêmicas (ou seja, que só existem naquela região), como o cacto cabeça-branca e o



Fonte: Jornal O Globo, 5 de outubro de 2021.

Segundo informações do Mapa de Conflitos da Fiocruz (2024, s/p),

Búzios é comumente pautada por uma região de belezas naturais, projetada quase exclusivamente para o turismo, atraindo com isto grande parcela de veranistas. No entanto, persiste naquela região uma sensível desigualdade socioeconômica, além da invisibilidade de grupos situados em bairros precários. Isto é observável entre os

moradores das regiões mais pobres do município em contraposição à situação de veranistas, turistas e moradores do centro. Este processo foi acelerado a partir da segunda metade do século XX, quando a administração focou suas prioridades para a especulação imobiliária, procurando atrair e atender ao consumo e usufruto dos não-habitantes ou habitantes mais abastados, acabando paulatinamente com a agricultura e a pesca artesanal.

A atuação desenfreada do mercado imobiliário em Armação dos Búzios tem gerado ainda conflitos relacionados ao estilo arquitetônico do município, podendo ser exemplificado pelo condomínio Viva La Vida (figura 5), constituído por casas geminadas, modificando significativamente a paisagem tradicional do município. Além da modificação paisagística, a alteração recente na legislação (indo contra o que estabelece o Plano Diretor), que permitiu a construção deste novo modelo de condomínios residenciais com mais de uma residência por lote, tende a proporcionar maior adensamento populacional no balneário, aspecto contestado por antigos moradores e políticos locais, como Octávio Penna, ex-Secretário de Urbanismo e Meio Ambiente, que em entrevista ao jornal O Globo em 22 de janeiro de 2012 afirmou que “há um grupo de construtores que parece nuvem de gafanhotos. Trata-se da mesma nuvem que passou pela orla de Niterói, atacou Macaé e tenta se infiltrar em Búzios”.

Figura 5 – Empreendimento imobiliário com casas geminadas



Fonte: Jornal O Globo, 22 de janeiro de 2012.

Um terceiro exemplo verificado afeta diretamente uma das atividades mais tradicionais de Armação dos Búzios, que é a pesca, visto que a tentativa de expansão do cais da Praia da Armação atinge diretamente tal prática (figura 6). Mesmo sem a concessão do município, a empresa Porto Veleiro iniciou e prosseguiu com a obra, até que a mesma fosse embargada,

após ação popular organizada pela Colônia de Pescadores Z-23, que alegava que a obra prejudicaria o então recém criado Parque Natural dos Corais de Búzios, além de trancar o canal de navegação no local, o que traria grande prejuízo à atividade.

Figura 6 – Projeto de expansão do cais da Praia da Armação



Fonte: Jornal O Globo, 28 de julho de 2010.

Os conflitos evidenciados deixam claro que há nas últimas décadas em Armação dos Búzios a tentativa recorrente de desterritorializar grupos tradicionais, o que ocorre especialmente a partir de motivações econômicas. Antigos moradores, pescadores e quilombolas, além do meio natural, se veem inseridos em conflitos nos quais as relações de poder são assimétricas. O choque entre distintos interesses tendem a ser longos e contam ainda com a interferência de meios de comunicação, da justiça e de órgãos municipais, estaduais e federais.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desterritorialização e a reterritorialização são frequentes quando tratamos do processo de urbanização turística, tendo como premissa questões políticas, culturais e/ou econômicas. Tais processos ocorrem de maneira interligada, compondo parte da estratégia de expansão capitalista a partir do turismo.

Em Armação dos Búzios, município inserido na categoria A do Ministério do Turismo, caracterizando-se, portanto, como importante destino nacional, pudemos observar nas últimas décadas o crescente número de conflitos, estes iniciados recorrentemente por grandes grupos empresariais, detentores de enorme poderio econômico, buscando desterritorializar grupos, atividades tradicionais e aspectos naturais que compõem há décadas ou séculos as identidades cultural e paisagística do referido recorte espacial.

Neste jogo de forças desigual, a população local tem conseguido importantes vitórias a partir do processo de mobilização, ganhando visibilidade nos meios de comunicação e trazendo notoriedade às causas. Porém, há ainda inúmeros retrocessos, como a modificação recente na legislação que trata do potencial construtivo, proporcionando ao mercado imobiliário, por exemplo, a construção de casas geminadas. Nota-se, portanto, que ao tratar do processo de urbanização turística, os conflitos envolvendo o controle territorial se somam, exercendo forte pressão sobre a população local, que segue lutando por sua sobrevivência.

## 5. REFERÊNCIAS

---

- ALMEIDA, G. G. F. de; ENGEL, V. A cidade-mercadoria e o marketing urbano na (re)construção da imagem dos espaços públicos: o caso da marca da cidade do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 19, n. 1, p. 89-105, abr. 2017.
- ANDRADE, M. C. de O. *A questão do território no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- BANDUCCI Jr, A. Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: BANDUCCI Jr., A.; BARRETO, M. (orgs.). *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. São Paulo: Papirus, 2001.
- CANDIOTTO, L. Z.; SANTOS, R. A. dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 315-340. (Geografia em Movimento).
- CASSEMIRO, R. F. A (re)produção capitalista no turismo: o processo de mercantilização da paisagem e a (re)produção do espaço. In: RIBEIRO, M. A.; FERNANDES, U. da S. (orgs.). *Geografia e Turismo: reflexões interdisciplinares*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 185-196.
- CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.; SOUZA, M. A. (orgs.). *Território – Globalização e Fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 251-256.

COSTA DA SILVA, C. H. O. O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial. *Geografia Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, v. 16, n. 2, p. 47-61, 2012.

CRUZ, R. *Turismo: Conceitos e Práticas*. São Paulo: Editora ABC, 2001.

CRUZ, R. de C. A. da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. São Paulo: Clacso, 2006.

CRUZ, R. de C. A. *Geografias do Turismo: de lugares a pseudo-lugares*. 1. ed. São Paulo: Roca, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Trad.: Ana Lúcia de Oliveira; Aurélio Guerra Neto; Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011. Vol. 1.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 197-216.

FRATUCCI, A. C. Turismo e território: relações e complexidades. *Caderno Virtual De Turismo*, v. 14, 2014. Disponível em: <<https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1018>>.

FRATUCCI, A. C. A formação e o ordenamento territorial do turismo no estado do Rio de Janeiro. In: BARTHOLO, R.; DELAMARE, M.; BADIN, L. (orgs.). *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. v. 1, p. 81-109.

GESTEIRA, L. A. A. G. *A territorialização do capital financeiro e as multideterminações da expropriação capitalista no litoral norte sergipano*. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (orgs.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

LUCHIARI, M. T. D. P. O lugar no mundo contemporâneo: Turismo e urbanização em Ubatuba – SP. 1999. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MAPA DE CONFLITOS DA FIOCRUZ. Quilombolas lutam por território de direito e contra a especulação imobiliária na rasa, em Búzios. 2024. Disponível em: <<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-quilombolas-lutam-por-territorio-de-direito-e-contra-a-especulacao-imobiliaria-na-rasa-em-buzios/>>.

- MASSEY, D.; KEYNES, M. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *Revista GEOgraphia*, Niterói/RJ, número especial, pp. 7-28, 2012.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência & Educação*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.
- NUNES, N. da S.; RIBEIRO, M. A. A geografia da atividade turística no território fluminense: uma releitura. *Revista GeoUERJ*, n. 36, 2020.
- PANOSSO NETTO, A.; NECHAR, M. C. Epistemologia do turismo: escolas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 120-144, jan./mar. 2014. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v8i1.719>.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUES, A. B. Geografia do Turismo: novos desafios. In: TRIGO, L. G. G. (org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. 4. ed. São Paulo: Editora Senac, 2008.
- SALES, E. J. C. G.; ALVES, F. D. O lugar do turismo em Armação dos Búzios - RJ: ordenamento territorial e questões socioespaciais. In: *Anais do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Caxias do Sul, 2010.
- SANTOS, J. R. dos; SOARES, P. R. R.; FONTOURA, L. F. M. Análise de conteúdo: a pesquisa qualitativa no âmbito da geografia agrária. In: *XXIV Encontro Estadual de Geografia. Santa Cruz do Sul*: UNISC, 2004.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.
- SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.